



Nº 203 • 17 de dezembro de 2009

Realizações do Bolsa Família em 2009

Inovações no Programa Bolsa Família em 2009 aperfeiçoaram a gestão e permitiram atender mais famílias com mais qualidade

O Programa Bolsa Família (PBF) completou seis anos em 2009, comprometido com o seu principal objetivo de contribuir para a diminuição da desigualdade de renda e redução da pobreza no país.

Neste ano, diversas iniciativas foram tomadas para aperfeiçoar o Programa e alcançar melhores resultados: no atendimento das famílias e na ampliação e focalização do público-alvo; no acompanhamento das condicionalidades e na atenção às famílias mais vulneráveis; na oferta de oportunidades para as famílias atendidas pelo Programa e no aprimoramento da estratégia de gestão compartilhada do PBF e do CadÚnico.

Até novembro de 2009, o PBF atendeu a 12,4 milhões de famílias. Os últimos municípios que ainda não haviam aderido ao Programa formalizaram seus Termos de Adesão no segundo semestre: fechamos o ano com a parceria dos 5.565 municípios brasileiros (100%), que participam, junto com os estados e o governo federal, de ações para melhoria das condições de vida das famílias carentes.

O desembolso total com o PBF, até novembro de 2009, foi da ordem de R\$ 11,28 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2008, o que demonstra que o Programa tem um custo relativamente baixo, considerando seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. O repasse médio do benefício por família que era de R\$ 85,51, passou para R\$ 94,24 a partir de agosto de 2009. Estima-se, em 2010, desembolsar R\$ 13,11 bilhões para transferência de renda direta às famílias brasileiras.

A atuação dos municípios foi imprescindível para garantir que as famílias mais vulneráveis fossem contempladas na expansão do Bolsa Família. Contudo, ainda há muito o que fazer nesse sentido. É preciso identificar e cadastrar cidadãos que vivem em bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso, de forma a direcionar a transferência de renda aos segmentos mais excluídos da população nacional.

Confira abaixo as principais realizações do PBF em 2009:

Reajuste dos benefícios

Os benefícios do Bolsa Família foram reajustados em 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias diante da alta dos preços dos produtos alimentares. Assim, o Benefício Básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 62,00 para R\$ 68,00; o Benefício Variável, voltado a famílias em situação de pobreza com crianças e adolescentes de até 15 anos, passou de R\$ 20,00 para R\$ 22,00, e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), voltado a

famílias em situação de pobreza com adolescentes de 16 e 17 anos de idade, passou de R\$ 30,00 para R\$ 33,00.

Aperfeiçoamento da focalização

Para atender as famílias que realmente necessitam do benefício, foram realizados aperfeiçoamentos na metodologia de focalização do PBF. O primeiro foi a alteração dos critérios de elegibilidade: a linha de extrema pobreza passa a corresponder a uma renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00 e a linha de pobreza a uma renda familiar *per capita* de até R\$ 140,00. O segundo foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isto, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional.

Expansão do PBF

Com base nas novas estimativas, realizou-se a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família em três etapas. A primeira, concluída em maio, com a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu na folha de pagamentos de outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Em 2010, mais 600 mil novas famílias devem ser incorporadas ao Programa.

Revisão Cadastral dos beneficiários do PBF

Em 2009 houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com cadastros desatualizados há mais de dois anos. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro deste ano, mais de 2,2 milhões de famílias tiveram o cadastro atualizado. Em 2010, a revisão cadastral continua com aprimoramentos importantes para tornar o trabalho dos municípios mais fácil e organizado.

Inclusão bancária dos beneficiários do PBF

Em 28 de outubro de 2009, foi oficialmente lançado o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF, regulamentado pelo Decreto 7.013, de 19 de novembro de 2009. Esse projeto contribui para ampliar a inserção social das famílias atendidas pelo Programa ao viabilizar o acesso ao sistema financeiro formal e, potencialmente, a instrumentos financeiros adequados a situação socioeconômica dessas famílias. O Projeto de Inclusão Bancária alcançou 2 milhões de famílias em 2009, com cerca de R\$ 160 milhões transferidos mensalmente, que representam 15% do montante total de recursos do PBF. Para 2010, a meta é alcançar 4 milhões de famílias.

Acompanhamento das condicionalidades

O acompanhamento das condicionalidades do PBF apresentou melhorias significativas em 2009. Com a expansão do número de famílias beneficiárias, cerca de 1,2 milhão de crianças e adolescentes foram incluídos no acompanhamento das condicionalidades, ampliando a garantia de acesso dos mesmos a serviços básicos universais.

Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de municípios e de escolas que a informaram, aumento no número de crianças acompanhadas e, ainda, possibilidade de acesso às informações sobre os motivos de baixa frequência escolar. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento de frequência escolar registrado chegou a 87,68% em 2009, representando cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento. Para os alunos com idade entre 16 a 18 anos, o percentual de acompanhamento de frequência foi de 77,7% em 2009, o que representa 1,5 milhão de adolescentes em acompanhamento.

Como fruto do investimento na articulação dos Ministérios do Desenvolvimento Social e da Saúde com os demais entes federados, verificou-se um aumento significativo de acompanhamento das condicionalidades de saúde, passando de 58,2 % em 2008 para 63,1% no 1º semestre de 2009.

Oferta de programas complementares

Em 2009, quase 40 mil beneficiários do PBF passaram pela qualificação nos setores da construção civil - em articulação com as obras do PAC - e do turismo, em mais de 200 municípios brasileiros, no âmbito do programa Próximo Passo, executado por meio de articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego. Durante o ano de 2010 o Próximo Passo deverá ainda atender a cerca de 76 mil beneficiários do PBF, chegando ao total de 116.311 vagas já contratadas para execução pelo governo federal.

A parceria firmada com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) tem contribuído para ampliar o acesso dos beneficiários ao Microcrédito Produtivo Orientado. Conforme dados do BNB (novembro de 2009), metade da carteira de clientes do Programa CREDIAMIGO (microcrédito urbano) é composta por beneficiários do PBF (51,5%), totalizando 205 mil empreendedores de baixa renda.

Por meio da articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o PBF, iniciada em 2006 com o objetivo de alfabetizar pessoas inscritas no Cadastro Único e beneficiários do PBF, foram atendidos 379.465 beneficiários do PBF e 156.824 inscritos no Cadastro Único (não beneficiários), totalizando 536.289 pessoas ou 26% do total de 2.044.889 alfabetizados no Programa do MEC entre 2006 e 2007. Os dados relativos a 2008 e 2009 ainda estão sendo consolidados pelo MEC.

Apoio à gestão descentralizada

No que se refere às estratégias de apoio à gestão compartilhada do Programa Bolsa Família, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), com a publicação da Lei 12.058, de 13 de outubro de 2009, que consolida essa ferramenta inovadora de repasse de recursos da União aos entes federados. Estão aptos a receber os repasses do IGD estados e municípios que obtêm bons resultados nos indicadores de desempenho que retratam a qualidade da gestão municipal do PBF e do Cadastro Único. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condicionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. Até setembro de 2009, foram transferidos aos municípios R\$ 185,22 milhões.

Em 2009, houve ainda outro avanço no sentido de incrementar a participação da sociedade civil no apoio, acompanhamento e fiscalização do PBF e do Cadastro Único do Governo Federal. As Instâncias de Controle Social (ICS), que são integradas por representantes do governo local e da sociedade civil, passam, a partir da Lei 12.058/2009, a ter a responsabilidade pela análise da prestação de contas relativas à utilização de recursos do IGD. Essa mudança evidencia a

valorização da participação da sociedade no controle do uso dos recursos públicos destinados a iniciativas de desenvolvimento social.

Novo formulário do CadÚnico

Foi iniciado processo de capacitação para uso do novo formulário do CadÚnico que será implementado junto com a nova versão do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, denominada Projeto CadÚnico 7, prevista para se iniciar em março de 2010. Esta nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação *on-line*, baseada em tecnologia *web* e de software livre.

Criação do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico

Em julho de 2009, foi disponibilizado Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico (Simac), por meio do qual os municípios passaram a complementar e atualizar as informações das famílias encontradas na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O gestor municipal deve realizar visitas domiciliares para coleta e checagem dos dados dos integrantes de tais famílias e responder a questionários complementares disponibilizados no sistema. Os dados coletados pelo município e a documentação gerada no processo de averiguação das informações ficam à disposição do TCU para o acompanhamento das recomendações emitidas pela equipe de auditoria.

ANOTE NA AGENDA

18 de dezembro – prazo final para registrar as informações de frequência escolar dos beneficiários do PBF relativas aos meses de outubro e novembro. O registro das informações de frequência escolar é feito no [Sistema de Frequência Escolar do MEC \(Projeto Presença\)](#).

31 de dezembro – último dia para atualizar os cadastros com inconsistências na informação de renda identificados na comparação da Base do CadÚnico com a Rais. Os arquivos com os cadastros que se encontram nessa situação estão disponíveis na [Central de Sistemas](#).

28 de fevereiro – último dia para atualizar os cadastros e preencher os questionários complementares das famílias identificados na auditoria do Tribunal de Contas da União com indícios de irregularidades. A lista das famílias e os questionários estão disponíveis na [Central de Sistemas](#). Para mais informações, consulte o [Bolsa Família Informa nº 181](#) e a [Instrução Operacional Senarc/MDS nº 31/2009](#)

31 de dezembro – termina o prazo para registro das informações de acompanhamento das condicionalidades de saúde, relativas ao 2º semestre de 2009. O registro das informações de saúde é feito no sistema [Bolsa Família na Saúde](#).

PARA MAIS INFORMAÇÕES acesse o [Fale Conosco do PBF](#) ou entre em contato com a Coordenação de Atendimento da Senarc: (61) 3433-1500 ou fax (61) 3433-1614/1615.